

<i>Nota à 20ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
<i>I — As funções do Estado</i>	29
<i>II — Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	30
<i>III — A função política ou de governo</i>	36
<i>IV — O Direito Administrativo</i>	37
<i>V — Origem do Direito Administrativo</i>	38
<i>VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	42
<i>VII — O regime jurídico-administrativo</i>	43
<i>VIII — Conceito jurídico de interesse público</i>	48
<i>Direito subjetivo público, 51; Interesses primários e secundários do Estado, 54</i>	
<i>IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	58
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 58;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 62</i>	
<i>X — Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	76
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
<i>I — Princípios expressos e implícitos</i>	84
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 85; 2ª) Princípio da legalidade, 88; 3ª) Princípio da finalidade, 95; 4ª) Princípio da razoabilidade, 97; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 99; 6ª) Princípio da motivação, 100; 7ª) Princípio da impessoalidade, 102; 8ª) Princípio da publicidade, 102; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 103; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 107; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 108; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 108; 13ª) Princípio da eficiência, 109; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 110

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
a) Medidas provisórias, 113; b) Estado de defesa, 121; c) Estado de sítio, 122

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 125

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** 127
Órgãos públicos, 128; Classificação dos órgãos, 129; Competências públicas, 130 (Conceito de competência, 132)
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** 134
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** 137
Desconcentração, 138; A hierarquia e os poderes do hierarca, 138; Distinção entre descentralização e desconcentração, 139; O controle, 139
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** 140
Administração direta da União, 141; Critério classificador do Decreto-lei 200, 142

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS 145

- I** — **Autarquias**
Conceito, 145; Regime jurídico, 146 (a) Relações com a pessoa que as criou, 147; b) Relações com terceiros, 150; c) Relações internas, 152); Autarquias especiais ou sob regime especial, 154; Agências reguladoras, 154; Agências executivas, 166
- II** — **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 168; Natureza das fundações públicas, 170

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 171 (Conceito legal: impropriedade, 171); Conceito de sociedade de economia mista, 175 (Conceito legal: impropriedade, 176); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 177; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 178; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 181; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 183; Empresas estatais e concessão de serviço público, 184; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 185; O regime jurídico das empresas estatais, 188 (a) Relações com a pessoa que as criou, 188; b) Relações com terceiros, 192; c) Relações internas, 203)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	206
	<i>Contrato de gestão, 207; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 209 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 214; Contrato entre órgãos?, 216); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 218; Organizações sociais, 218; Organizações da sociedade civil de interesse público, 224</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	226
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	229
	<i>a) Agentes políticos, 229; b) Servidores estatais, 230 (Servidores públicos: conceito e espécies, 230; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 232); c) Particulares em colaboração com a Administração, 232</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	233
	<i>a) Cargos públicos, 233; b) Funções públicas, 234; c) Empregos públicos, 234</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	235
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	236
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	237

- VII — **Objeto das normas constitucionais sobre pessoal** 243
- VIII — **Normas de contenção de despesas com os servidores estatais**
 a) Limite global de despesas com pessoal, 244; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 248; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 249
- IX — **Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos**
 a) Criação de remuneração por subsídios, 249; b) Limite de remuneração, 251; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 255; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 255; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 255; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 255; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 256
- X — **Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)** ... 257
 a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 257 (Admissão e dispensa nas estatais, 260); b) Contratação excepcional sem concurso, 261; c) Direito de greve e de sindicalização, 262; d) Proibição de acumulação remunerada, 263; e) Sanção por improbidade administrativa, 264
- XI — **Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos** 264
 a) Irredutibilidade de vencimentos, 265; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 265; c) Estabilidade, 266; d) Disponibilidade, 267; e) Aposentadoria e proventos, 267; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 268; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 269; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 271; i) Contribuição previdenciária, 274; j) Atualização de proventos e pensões, 278
- XII — **Os cargos públicos** 279
 a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 279; b) Classificação dos cargos, 279 (Cargos em comissão, 280; Cargos de provimento efetivo, 280; Cargos vitalícios, 282); c) Lotação dos cargos e "redistribuição", 282

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	282
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 283; Posse, 284); <i>b) Provimentos derivados</i> , 285 (Provimento derivado vertical (promoção), 285; Provimento derivado horizontal (readaptação), 285; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 285)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	287
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 287 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 287; Direitos de ausência ao serviço, 289; Aposentadoria, 294); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 294	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	296
	<i>Prescrição</i> , 299	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	299
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	303
 PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA		311
 Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO		
I	— <i>Introdução</i>	313
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	315
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	316
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	317
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	318
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	318
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	325
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro:</i> <i>a delegação legislativa disfarçada</i>	328
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	334
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	340
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	343

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 345; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 349; c) Os conceitos jurídicos, 350; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 352; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 353; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 356</i>	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	356
III	— Conceito de ato administrativo	358
IV	— Perfeição, validade e eficácia	360
V	— Requisitos do ato administrativo	362
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 366; Forma, 367</i>	
VII	— Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 367; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto-subjetivo), 369; B) Motivo (pressuposto objetivo), 369 (Motivo do ato e motivo legal, 370; Motivo e móvel, 371; O papel da vontade no ato administrativo, 371; Motivo e motivação, 372; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 373; Teoria dos motivos determinantes, 376); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 376; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 377 (Teoria do desvio de poder, 378); E) Causa (pressuposto lógico), 380; F) Formalização (pressuposto formalístico), 382</i>	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	384
IX	— Atributos dos atos administrativos	387
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 392; Defesas contra a executoriedade, 393</i>	
X	— Classificação dos atos administrativos	393
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 393; b) Quanto à estrutura do ato, 394; c) Quanto aos destinatários do ato, 394; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 395; e) Quanto à função da vontade administrativa, 395; f) Quanto aos efeitos, 396; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 396; h) Quanto à situação de terceiros, 398; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 398; j) Quanto à formação do ato, 398; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 399; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 399</i>	

XI	— Vinculação e discricionariedade	400
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 407; Como formas de manifestação de outros atos, 410</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	412
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	414
XV	— Revogação <i>Conceito, 417; Sujeito ativo da revogação, 418; Objeto da revogação, 418; Fundamento da revogação, 420; Motivos da revogação, 421; Efeitos da revogação, 423; Natureza do ato revogador, 423; Limites ao poder de revogar, 424; Revogação e indenização, 426</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	427
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	429
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 430; Objeto da invalidação, 431; Fundamento da invalidação, 432; Motivo da invalidação, 432; Forma da invalidação, 432; Efeitos da invalidação, 434; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 435; Atos irregulares, 438; Comentários às diferentes teorias, 439; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 440; Convalidação, 441; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 443; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 446; Regime dos atos inválidos, 446; Invalidação e dever de indenizar, 448; Direito de resistência contra atos inválidos, 449</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	451
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	453

Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

I	— Conceito de procedimento administrativo	454
	<i>Procedimento e ato complexo, 460</i>	
II	— Requisitos do procedimento	461
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	462
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	465
V	— Espécies de procedimento	466
VI	— Fases do processo ou procedimento	468
VII	— Princípios do procedimento	469
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	473

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	478
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	479
	<i>Âmbito de abrangência, 480; Competência, 480; Princípios do processo e garantias do administrado, 481; Sequência processual, 486; Prazos processuais, 489; Revogação, anulação e convalidação, 490</i>	
Capítulo IX — LICITAÇÃO		
I	— Conceito e finalidades	492
II	— A legislação sobre licitação	495
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 499</i>	
III	— Os princípios da licitação	500
IV	— Quem está obrigado a licitar	503
V	— Os pressupostos da licitação	505
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	506
	<i>Bens singulares, 507; Serviços singulares, 508; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 508; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 509; Inexigibilidade de licitação, 512; Serviços técnicos de natureza singular, 514; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 518; Licitação proibida, 518</i>	
VII	— Modalidades da licitação	519
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 525; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 526; Pregão e consulta, 527 (Procedimento do pregão, 528); Registros cadastrais, 532; O registro de preços, 533; Comissões de licitação, 534; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 535; Alienação de bens, 536; Licitações internas e licitações internacionais, 537</i>	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	538
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 538; Vedações nas licitações, 539</i>	
IX	— Fases da licitação	540
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 540; Exame das propostas, 541; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 542; Esquema analítico das fases, 543; Sequência procedimental da concorrência, 543</i>	
X	— O edital	546
	<i>Vícios do edital, 549</i>	

XI	— A habilitação	550
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 555; Consórcios, 556; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 557; Comparcimento de um único licitante, 557; Pré-qualificação, 557; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 558; Efeito jurídico da habilitação, 558; Vícios da habilitação, 559</i>	
XII	— O julgamento	560
	<i>Requisitos das propostas, 561; Objetividade do julgamento, 564; Classificação, 564; Desempate entre as propostas, 564; Os “tipos” de licitação, 564; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 567; Classificação de uma só proposta, 567; Vícios da classificação, 568; Efeito jurídico da classificação, 569</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	569
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	570
XV	— Recursos administrativos	570
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	571
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 572; Revogação da licitação, 572; Anulação da licitação, 573</i>	
XVII	— Crimes	575
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	576
 Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	— Introdução	577
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 578</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	579
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	581
IV	— Conceito de contrato administrativo	583
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	585
	<i>A lógica do contrato administrativo, 586</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	587
	<i>Alteração unilateral do contrato, 589; Alteração bilateral do contrato, 590; Extinção unilateral do contrato, 591; Outras hipóteses de extinção, 591; A “exceptio non adimpleti contractus”, 592; Prazo e prorrogação dos contratos, 592; Formalidades do contrato administrativo, 594; Eficácia dos contratos administrativos, 595; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 595; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 602

VII	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i>	603
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 606; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 611</i>	
VIII	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i>	612
IX	— <i>A teoria da imprevisão</i>	613
X	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i>	616
XI	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i>	618
XII	— <i>Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”</i>	621
XIII	— <i>Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa</i>	623
XIV	— <i>Convênios e consórcios</i>	626

PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

629

Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA

I	— <i>Conceito de serviço público</i>	633
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 637; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 639; Princípios do serviço público, 639</i>	
II	— <i>Titularidade do serviço e titularidade da prestação</i>	643
III	— <i>Serviços públicos e outras atividades estatais</i>	644
	<i>Serviço público e obra pública, 645; Serviço público e poder de polícia, 645; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 647</i>	
IV	— <i>Serviços públicos por determinação constitucional</i>	648
V	— <i>Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil</i>	651
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 651; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 651; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 652; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 652</i>	
VI	— <i>Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição</i>	652

VII	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	653
VIII	— <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i>	655
IX	— <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 658; Modalidades de execução indireta, 659; Obra de grande vulto, 660; Obra de imenso vulto, 660; Garantia de execução, 661; Fiscalização da obra, 661; Recebimento da obra, 662; Responsabilidade pela obra, 662</i>	
Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	— <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i>	664
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 665; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 666; Impropriedade das definições legais, 669; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 673; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 674</i>	
II	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i>	676
	<i>Licitação das concessões, 679; O “contrato” de concessão, 682; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 683; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 685</i>	
III	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i>	686
IV	— <i>Os poderes do concedente</i>	688
V	— <i>Os direitos do concessionário</i>	693
	<i>Remuneração do concessionário, 694</i>	
VI	— <i>As tarifas</i>	694
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 697; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 698</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i>	703
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	704
IX	— <i>A reversão dos bens</i>	709

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	711
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	713
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	715
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	726
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	727
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 728; Modalidades, 729; Concessão administrativa: a falsa concessão, 731; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 732; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 733; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 734; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 734; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 734; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 736; Licitação nas parcerias público-privadas, 737; Disposições aplicáveis apenas à União, 738; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 739 (Vinculação de receitas, 739; Fundos especiais, 740; Empresa estatal garantidora, 742; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 743; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 743)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i>	745
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 748; Liberdade de iniciativa, 749; Atividades privadas sob regime especial, 754; Função social da propriedade, 754; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 756; CADE: organização e funções, 756; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 758; Infrações à ordem econômica, 758; Sanções por infrações à ordem econômica, 760; Acordo de leniência, 761; Defesa do consumidor, 762; Monopólio, 765</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	765

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

I	— <i>Introdução</i>	768
II	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	772
III	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	773
IV	— <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	774
V	— <i>Essência do poder de polícia</i>	779
	<i>Traços característicos, 781</i>	
VI	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	783
VII	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	785
VIII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	786
IX	— <i>Definição de polícia administrativa</i>	787
X	— <i>Polícia geral e polícia especial</i>	787
XI	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	789
XII	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ..	791
XIII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	793
XIV	— <i>Setores da polícia administrativa</i>	794
XV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	794

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	— <i>Conceito</i>	797
II	— <i>Finalidades</i>	798
III	— <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	799
IV	— <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	800
V	— <i>Princípios</i>	800
	<i>a) Princípio da legalidade, 800; b) Princípio da anterioridade, 802; c) Princípio da tipicidade, 802; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 805; e) Princípio da proporcionalidade, 806; f) Princípio do devido processo legal, 807; g) Princípio da motivação, 808</i>	
VI	— <i>Providências acautelatórias</i>	809
VII	— <i>Classificações das sanções</i>	810
VIII	— <i>Multas</i>	810
IX	— <i>Dever de sancionar</i>	811

Capítulo XVI — *DESAPROPRIAÇÃO*

I	— <i>Conceito</i>	813
II	— <i>Fundamentos da desapropriação</i>	818
III	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	819
IV	— <i>Requisitos da desapropriação</i>	820
V	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i>	822
VI	— <i>Objeto da desapropriação</i>	823
VII	— <i>Beneficiários da desapropriação</i>	825
VIII	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	825
IX	— <i>A declaração de utilidade pública</i>	826
X	— <i>A imissão provisória de posse</i>	829
XI	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	832
XII	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	836
XIII	— <i>Desapropriação por zona</i>	836
XIV	— <i>Desapropriação indireta</i>	837
XV	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	838
XVI	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	839
XVII	— <i>Requisição</i>	852
XVIII	— <i>Servidão administrativa</i>	854

Capítulo XVII — *GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS*

I	— <i>Conceito</i>	858
II	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	859
III	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	860
IV	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	860
V	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	862
	a) <i>Bens do domínio hídrico</i> , 863; b) <i>Bens do domínio terrestre</i> , 864 (Domínio do solo, 864; Domínio do subsolo, 868)	
VI	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	869
VII	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	870
	a) <i>Utilização dos bens de uso comum</i> , 870; b) <i>Utilização dos bens de uso especial</i> , 874; c) <i>Utilização dos bens dominicais</i> , 875	

PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO		879
Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
I	— Controle interno e externo	881
	<i>a) Controle interno, 883; b) Controle externo, 884</i>	
II	— Controle parlamentar direto	884
	<i>a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 884; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 884; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 885; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 885; e) Poderes controladores privativos do Senado, 886; f) Julgamento das contas do Executivo, 886; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 887</i>	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	887
	<i>a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 887; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 888; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 889</i>	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	890
	<i>a) “Habeas corpus”, 897; b) Mandado de segurança, 899; c) “Habeas data”, 899; d) Mandado de injunção, 899; e) Ação popular, 900; f) Ação civil pública, 900; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 900</i>	
Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL		
I	— Introdução	902
II	— Princípio da legalidade	904
III	— Vinculação e discricionariedade	905
	<i>Mérito do ato, 908</i>	
IV	— Fundamentos da discricionariedade	909
V	— Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	912
VI	— Conceito de discricionariedade	916
VII	— Limites da discricionariedade	916
VIII	— Extensão do controle judicial	921
	<i>a) Exame dos motivos, 921; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 923; c) Exame da causa do ato, 926</i>	

IX	— Relatividade da competência discricionária	927
X	— Conclusão	933

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	937
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	938
III	— Originalidade da responsabilidade pública	940
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	943
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	944
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 944; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 946; c) Respon- sabilidade subjetiva do Estado, 946; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 949	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	950
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	951
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	951
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	953
	a) Danos por ação do Estado, 954; b) Danos por omissão do Estado, 956; c) Danos dependentes de situação produ- zida pelo Estado diretamente propiciatória, 961	
X	— O dano indenizável	964
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	967
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 969; b) Evolução normativa da responsa- bilidade do Estado no Brasil, 971; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 974; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 977; e) Responsabilidade estatal na jurispru- dência brasileira, 979; f) A forma de efetivação da res- ponsabilidade do Estado, 982	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	985
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	987

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	988
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	991
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	991
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	993
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES		997
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1003